



MULHER NEGRA NO CAMPO DE PESQUISA: DILEMAS ÉTICOS E TENSÕES EPISTEMOLÓGICAS EM UMA ETNOGRAFIA SOBRE MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS¹

Ivonete Pinheiro (UFSCar – ivonetepinheiro21@gmail.com)

Edna Ferreira Alencar (UFPA/PPGSA – ealencar@ufpa.br)

RESUMO: As adversidades encontradas durante a realização da pesquisa de campo podem contribuir para compreensão do problema de pesquisa e para repensar os procedimentos metodológicos. O objetivo deste artigo é discutir, desde meu lugar de mulher negra, jovem e pesquisadora, os entraves e desafios encontrados em uma experiência de pesquisa etnográfica realizada com mulheres envolvidas no tráfico de drogas em um bairro da periferia de Belém, estado do Pará. A partir dessa experiência e lugar analiso as condições de produção do conhecimento etnográfico, que nem sempre são favoráveis/confortáveis tanto para o/a pesquisador/a como para seus interlocutores, considerando, a partir de um debate teórico e epistemológico, as situações arriscadas e os dilemas éticos que me envolvi. Por fim, defendo que pensar a partir do meu lugar de mulher negra permite analisar as adversidades, as situações de risco e os percalços encontrados no campo de pesquisa sob a perspectiva de questões estruturantes específicas, e que isso, se submetido ao rigor inerente ao exercício da prática antropológica, pode resultar em valiosos rendimentos analíticos e metodológicos.

Palavras chave: Etnografia, Tráfico de Drogas, Antropologia.

BLACK WOMEN IN THE RESEARCH FIELD: ETHICAL DILEMMAS AND EPISTEMOLOGICAL TENSIONS IN AN ETHNOGRAPHY ON WOMEN IN THE DRUG TRADE

ABSTRACT: Adversities encountered during the conduct of field research may contribute to understanding the research problem and to rethinking methodological procedures. The objective of this article is to discuss, from my black woman's place, a young researcher, the obstacles and challenges encountered in an ethnographic research experience carried out with women involved in drug trafficking in a neighborhood in the periphery of Belém, state of Pará. From this experience I analyze the conditions of production of ethnographic knowledge, which are not always favorable/comfortable both for the researcher and for his/her interlocutors, considering, from a theoretical and epistemological discussion, the risky situations and the ethical dilemmas I have been involved in. Finally, I defend from my black woman's place allows the analysis of adversities, risk situations and mishaps encountered in the research field from the perspective of specific structuring questions, and that this, if subjected to the rigour inherent to the exercise of anthropological practice, can bring valuable analytical and methodological yields to the research.

Keywords: Ethnography, Drug trafficking, Anthropology

¹ Este artigo apresenta parte das reflexões construídas durante meu curso de mestrado sob a orientação da professora Dra. Edna Ferreira Alencar.



INTRODUÇÃO

Considerando-se que cada campo de pesquisa antropológica guarda especificidades e dificuldades que só serão descobertas quando vivenciadas *in loco*, a pesquisa etnográfica é uma atividade marcada por desafios, tensões e confrontos que demandam do/a pesquisador/a a utilização de estratégias para a produção de dados. É dessa tensão e diálogo, neste caso vivido a partir de situações de riscos e percalços encontrados durante a realização de uma pesquisa etnográfica sobre trajetórias de mulheres no tráfico de drogas nas ruas do bairro da Luz², periferia de Belém – e, também do meu lugar como antropóloga negra, – que, se submetidos ao rigor inerente ao exercício da prática antropológica, podem resultar em valiosos rendimentos analíticos e metodológicos para a pesquisa.

Nas últimas décadas a reflexão sobre o fazer etnográfico, como pode ser verificado em obras como “A Crack in the Mirror” (RUBY, 1982: 56), “Writing Culture” (CLIFFORD; MARCUS, 1986: 12-14) e “Women Writing Culture” (BEHAR; GORDON, 1995: 142), tem tematizado o debate sobre como as condições de realização da pesquisa de campo influenciam nos objetivos, métodos e resultados da pesquisa, além de pensar sobre como pesquisadores/as e interlocutores são afetados nesse processo e quais as estratégias são possíveis de serem mobilizadas para contornar problemas teóricos, metodológicos e éticos. Assim, as discussões sobre as adversidades vividas no campo de pesquisa tornaram-se relativamente comuns na escrita etnográfica, exigindo do/a pesquisador/a um posicionamento ético, tanto em relação ao modo como seus interlocutores são apresentados nos textos, como diante dos dilemas vividos pelo/a pesquisador/a a partir de um lugar específico marcado por atravessamentos de raça e gênero, por exemplo, que podem ser incluídos na análise antropológica.

Ao longo deste texto apresentamos algumas particularidades do modo como começou e se desenvolveu uma etnografia realizada com mulheres que praticavam a venda de drogas nas ruas do bairro da Luz. Penso sobre como minha condição de mulher negra, que também morava lá, foi fundamental para definir os acessos dentro do bairro, mas, por outro lado, penso aqui diferente de autoras como Biondi (2010: 102) e Aquino (2009: 88) que trabalham de outra forma com categoria risco, que isso, somado a um movimento curioso e empolgado em direção àquele campo, levou a me envolver em situações de tensão, riscos e desconforto físico e emocional que só foram (re)pensadas mais tarde, em outro momento da minha formação.

² Este, e os demais nomes de pessoas e alguns lugares citados doravante são fictícios.



A partir da descrição do que foi vivenciado nesse contexto, apresentaremos questões sobre como a produção do conhecimento etnográfico pode ocorrer em condições nem sempre confortáveis para pesquisadores/ras e seus/suas interlocutores/as e que os dilemas e tensões vivenciados na produção e análise de dados não devem passar despercebidos, uma vez que podem auxiliar na compreensão daquilo estudamos. Argumentamos também que nós antropólogos/as devemos mobilizar estratégias durante todo o processo de pesquisa para proteger as pessoas que falam e nos deixam acessar suas vidas, para que não sofram nenhum tipo de prejuízo ou ridicularização em decorrência de nossos trabalhos.

Como surge o problema de pesquisa

Para iniciar, gostaríamos de salientar o contexto temporal e as condições objetivas que marcaram o início deste empreendimento, de modo que o/a leitor/a possa compreender que um problema de pesquisa não surge aleatoriamente. Nossos interesses em estudar determinados assuntos estão atrelados às nossas trajetórias acadêmicas, às nossas biografias e trajetórias de vida de vida dentro e fora da academia. Incluir isso como parte da análise é uma escolha metodológica. Afinal, como defende Bourdieu (2017: 28), o mundo social onde se insere tanto o antropólogo como a antropologia merecem ser objetivados, uma vez que de forma consciente ou inconsciente essa realidade está presente na prática antropológica.

O interesse por estudar mulheres e tráfico de drogas está relacionado às vivências acadêmicas como bolsista de iniciação científica pesquisando temas relacionados às questões de gênero, mas também, e principalmente, pelas vivências como moradora do bairro da Luz, situado na periferia da cidade de Belém, onde com frequência ouvia histórias sobre mulheres envolvidas no tráfico de drogas. Então, instigadas pela curiosidade, estranhamento e empolgação em compreender as relações sociais do bairro em que morava – ou como bem define Florestan Fernandes (1980: 161) em relação à sua primeira pesquisa: “como o alvoroço do primeiro amor” – e movida pela minha experiência acumulada em pesquisar sobre mulheres utilizando a trajetória de vida como método, formulamos um problema para iniciar a pesquisa. Naquele momento, não pensava em transformá-la em pesquisa de mestrado como aconteceu depois (PINHEIRO, 2020: 34-59). Nosso objetivo era tentar responder algumas questões que me inquietavam desde que imigrei do interior do Maranhão para Belém e passei a morar no bairro da Luz.



O fato de uma das autoras morar lá, e estar inserida numa rede de relações com os demais moradores, de certa forma, me cegou quanto aos riscos reais que aquele campo de pesquisa oferecia. A autoconfiança gerada pela falsa sensação de conhecer o território me fez não considerar o fato de que mesmo sendo uma pessoa de lá, eu conhecia muito superficialmente o “mundo do tráfico de drogas”. Como uma das autoras é moradora do bairro da Luz conhecia bem os efeitos da dinâmica do tráfico de drogas e as mazelas que afetam a vida não só de quem comercializa e quem consome, mas também a vida de todos que vivem no território onde ele incide³. Nas entranhas do bairro da Luz, sentia-se vulnerável como mulher preta, como um corpo passível de sofrer diversos tipos de violência, de vários lados a qualquer momento, por se sentir uma estranha e por despertar olhares intrigados, curiosos e desejosos em um lugar que tem se apresentado como um lócus de afirmação da masculinidade dominante. Outra coisa é: e se a polícia chegasse, como fazia costumeiramente, e eu estivesse lá, sendo um corpo preto como tantos outros que habitavam e circulavam por aquele lugar?

Essa condição de moradora do bairro da Luz facilitou o trânsito no campo de pesquisa, mas não facilitou o acesso às mulheres. Tínhamos conhecimento do espaço/geografia do bairro, sabíamos onde poderia e não poderia circular, tinha uma interlocutora “chave” que nos colocava em contato com outras mulheres. Contudo, o fato de eu ser do bairro e ser um rosto conhecido para a maioria delas não significou que todas elas aceitaram falar comigo ou permitiram que eu fosse até suas casas. Afinal, por que estaríamos interessadas em suas vidas? Por que a “universidade” estaria interessada em estudar tráfico de drogas? Como fomos tantas vezes questionada por elas.

Na época da pesquisa, uma questão que nos preocupou foi o fato de três mulheres, dentre as cinco que eram interlocutoras da pesquisa, ainda estarem ativas no tráfico de drogas ou oscilando entre a prisão, a liberdade, o crime e o trânsito para outros locais para evitar a morte ou a cadeia. Preocupou também o fato de eu saber muitos detalhes de suas vidas, as estratégias de atuação, tais como o local e melhor horário para venda, seus parceiros, seus contatos e outras particularidades. O receio era que a polícia, principalmente, fizesse algo a elas e que isso

³ Por uma questão de espaço não me debruçarei acerca desta categoria devido sua complexidade na antropologia e em outras disciplinas, então, deixo aqui a reflexão proposta por Aiala Couto (2010) que em sua pesquisa de mestrado sobre narcotráfico na periferia de Belém discute a categoria território atrelada a categoria rede e diz que “a dinâmica econômica do narcotráfico internacional envolve uma questão de poder que é materializado em porções do espaço, que se transforma em território estratégico das redes ilegais que perpassam pela região amazônica e pela metrópole de Belém” (p. 47).



coincidissem com alguma informação que elas tivessem me repassado⁴. Por isso, na elaboração dos resultados da pesquisa optamos por usar nomes fictícios para pessoas e lugares citados pelas interlocutoras, além de ocultar informações que poderiam servir para identificá-las, recursos metodológicos recomendados pelo código de ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)⁵.

Na rua, o contato com as mulheres se deu de modo informal, com abordagem direta, no corpo a corpo, no *boca a boca*. Nesse contexto, Violeta tornou-se a interlocutora chave da pesquisa nas ruas do bairro da Luz, ela me ajudou a construir uma rede de interlocutoras. Ela foi o que Doc foi para Foote Whyte nas ruas de Cornerville⁶, pois nos ajudou a transitar pelo campo de pesquisa que, apesar de ser no bairro que eu morava, o tráfico de drogas era um mundo que uma das autoras conhecia superficialmente. Então ela foi essencial na medida em que me indicou outras possíveis interlocutoras e, em alguns casos, me acompanhou a locais desconhecidos por mim.

Analisando a situação social desse campo de estudo, constatamos que a posição ocupada pelo/a pesquisador/a na rede de relações sociais que une os sujeitos do lócus de pesquisa pode facilitar ou dificultar o desenvolvimento desta. Isso me permite afirmar que o campo nunca está garantido. Se, por um lado, acessar um campo familiar, “conhecido”, pode viabilizar o estudo, tendo em vista a facilidade de contatar informantes que podem facilitar o acesso a outras pessoas, assim como os trânsitos nos espaços, por outro, desempenhar o papel de nativo-etnógrafo pode dificultar o processo tanto em relação à aceitação por parte dos/as interlocutores/as que podem não aceitar falar sobre certos temas por medo de suas narrativas serem espalhadas entre pessoas conhecidas (vizinhos), ou até mesmo medo de serem denunciados/as. Além disso, tal proximidade poderia ser interpretada pelos nossos pares na

⁴ A preocupação em proteger as pessoas da pesquisa é muito comum na Antropologia, um exemplo clássico é estudo pioneiro realizado por Gilberto Velho (1998) sobre o uso de substâncias psicoativas ilícitas em grupos urbanos da classe média do Rio de Janeiro feito na década de setenta, mas só publicado em formato de livro mais de vinte anos depois, devido a atualidade e pertinência das questões e, principalmente, o temor de comprometer os informantes da pesquisa.

⁵ O Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) passou a existir formalmente a partir da gestão 1986-1988 dessa entidade (Laraia, 1994), e de acordo com Fleischer e Schuch (2010: 12), embora os debates sobre ética tenham sempre estado presente na pesquisa antropológica, este ainda carece de sólidos debates que pensem sua origem, oficialização e regulamentação no Brasil.

Código de ética do antropólogo e da antropóloga. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>. Acessado em dezembro de 2021.

⁶ Doc foi o interlocutor “chave” para que o sociólogo William Foote Whyte (2005: 19-27) pudesse conviver e pesquisar com gangues de jovens filhos de imigrantes italianos entre 1936 e 1940 em uma região segregada de Boston que ele chamou de Cornerville.



academia como um fator que dificultaria o exercício da objetividade e da neutralidade científica. Por saber que antropólogos/as possuem diferentes acessos ao campo e se deparam também com entraves diferentes, aqui procuro perceber como durante a pesquisa no bairro da Luz ora eu posicionada como “pertencente”, ora como “estranha” e na medida que passamos a compreender isso pudemos compreender também como essa oscilação delineava meus acessos, tal como fez Damásio (2021: 4) ao refletir sobre sua posição de parente em uma pesquisa sobre sua família.

MULHERES E TRÁFICO DE DROGAS: ETNOGRAFIA NA RUA

Nos próximos dois tópicos descrevemos duas situações vivenciadas durante a pesquisa de campo realizada nas ruas do bairro da Luz. Exemplificamos o que foi discutido acima descrevendo como uma das autoras estabeleceu contato com duas importantes interlocutoras dessa primeira etnografia, a Rosa e a Laura. O objetivo dessa descrição etnográfica é expor algumas das questões já colocadas, assim como levantarmos outras.

O caminho e a casa de Rosa

Rosa é uma mulher que está sempre em movimento, por isso, quando a vi circulando pelas ruas do bairro da Luz, não hesitamos em falar com ela sobre a pesquisa. Sua primeira reação foi dizer: “Eu não sabia que na universidade se estuda essas coisas”. Ela foi apontada por outras interlocutoras como alguém que poderia contribuir com a pesquisa devido aos seus inúmeros envolvimento com o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas. A primeira autora a conhecia porque sua mãe morava a uma distância de quatro casas da minha, e dentre as poucas coisas que eu sabia a seu respeito, para além do envolvimento com drogas, era que ela tinha uma relação conflituosa com o pai, que havia a expulsado de casa há alguns anos.

Depois de duas tentativas de estabelecermos contato, sem êxito, em que marcamos e remarcamos porque ela desaparecia repentinamente por algum motivo, na terceira pude finalmente encontrá-la. Ela disse que a primeira autora poderia ir à casa onde estava morando. Ensinou a rua e deu referências para identificar o local. Marcou-se em um final da tarde, e tal como havia sido orientado, empurrou um portão de madeira e caminhou adentro de um terreno coberto por um capim alto. Em uma das mãos eu levava um gravador pequeno e na outra uma agenda. Estava um pouco aflita por não saber exatamente para onde aquele caminho me levaria. No terreno, sentados em alguns tijolos soltos no chão havia cinco meninos fumando maconha,



três deles eram conhecidos, um deles perguntou: “Tá perdida, morena?” Eu disse que não, que estava indo falar com Rosa, ele me olhou interrogativamente e gesticulou com a cabeça indicando uma casa de madeira nos fundos do terreno; ela estava lá.

Era uma casa de um cômodo só, sem banheiro dentro. O chão era de pedra, do tipo aterro. Havia uma cama de casal, uma penteadeira, um fogão pequeno e uma mesa de madeira situada próximo à porta. Entre as tábuas da parede havia muitas brechas e durante a entrevista foi percebido que Rosa ficava atenta aos movimentos ao redor do terreno, observando através das brechas. Rosa convidou para entrar e puxou um banco de madeira que estava embaixo da mesa e antes que começasse a falar disse: “Mana, me explica de novo como é essa tua pesquisa social”. Enquanto eu explicava a finalidade da pesquisa, deu para perceber que havia um hematoma ao redor de um de seus olhos. Depois ela disse que era decorrente de uma briga com o então marido. Ela perguntou se poderia colocar uma música e justificou que isso a ajudaria a falar das coisas tristes que tinha a dizer. Ela colocou uma música gospel, que serviu como pano de fundo sonoro de toda entrevista.

Rosa disse que via a si mesma como parda, mas que sua aparência levava muitas pessoas a pensar que ela era uma “índia”. Na época Rosa estava com vinte e cinco anos e contou sobre os inúmeros abusos sexuais sofridos na infância, se preocupando em encadear os fatos para mostrar como isso marcou e foi determinante nos rumos que sua vida tomou. Falou sobre a gravidez que teve aos quinze anos e como isso demarcou o início de uma relação conflituosa com o pai, que a expulsou de casa. Depois disso, ela morou nas ruas de Mosqueiro⁷, onde teve seu primeiro contato com o uso e a venda de drogas.

Eu passei a usar droga, usava para aguentar dormir no banco daquela praça. Eu continuei dormindo na praça até que um amigo, que a gente se drogava juntos, me convidou para ir morar na casa da mãe dele [...] (Registro de campo, 2016).

Após ser expulsa da casa do pai, Rosa passou vários anos se deslocando constantemente pelas cidades do interior do Pará, uma vez que era mais fácil e lucrativo vender maconha nesses lugares. Anos depois, de volta ao bairro da Luz, Rosa passou a viver com um rapaz que dois anos depois foi assassinado durante um assalto à um conhecido bar do bairro. Após a morte do marido, Rosa mudou novamente o curso de sua vida.

⁷ Uma das quarenta e cinco ilhas que fazem parte de Belém.



Depois que Jeremias morreu eu fui para o interior, Cachoeira do Arari⁸. Eu peguei meio quilo de maconha e comecei a vender lá porque lá a saída é maior[...] Enquanto que aqui a maconha custa cinco reais, lá custa dez, é o dobro [...] Aí eles me denunciaram, me prenderam, mas graças a Deus não forjaram⁹ [...] (Registro de campo, 2016).

A entrevista com Rosa foi uma das mais pesadas emocionalmente, pelo conteúdo da narrativa, pelo choro quase interrompido e pelo próprio contexto daquele lugar em si. Inúmeras vezes pausamos o gravador para que ela pudesse se recompor e também para atender aos meninos, pareciam adolescentes, que vinham até sua porta e ficavam olhando, desconfiados. Nesses momentos ela se levantava, enxugava os olhos e lhes entregava um pedaço de maconha embrulhada em papel alumínio.

Estudar um tema como esse é lidar com questões éticas delicadas, tal como apontaremos adiante. Hoje, entendemos que o movimento curioso e empolgado em direção a tema de pesquisa de grande complexidade colocou a primeira autora em posição de vulnerabilidade, pois não tinha amadurecimento teórico e metodológico para lidar com as tantas questões que aquele campo implicava, assim como também não estava preparada para lidar com as emoções que a pesquisa me apresentou, se isso é possível. Por isso, quando pudemos retomar os dados dessa pesquisa, passamos a repensar não só minha posição naquele campo, como também sobre a viabilidade de continuar estudando o tema sem adoecer.

O difícil acesso à Laura

A primeira vez que trocamos umas palavras com Laura foi na sala da casa de uma manicure no bairro da Luz. Conversamos sobre assuntos aleatórios, momento no qual ela elogiou meu cabelo e disse que nem se lembrava se tinha ou não cachos. Quando a manicure terminou de fazer as unhas de Laura ela se foi, então as mulheres presentes na sala começaram a falar sobre a vida dela.

A conversa girava em torno de um episódio de violência doméstica em que ela havia sido agredida pelo marido com uma perna manca¹⁰ e ela revidou furando-o com uma faca. O

⁸ Município da Ilha do Marajó-Pará.

⁹ As mulheres utilizaram o termo “forjar droga” para dizer que quando a polícia faz uma busca e não encontra nada que possa incriminar a pessoa-alvo, eles “plantam” entorpecentes e predem a pessoa em flagrante por tráfico de drogas (lei 11.343/06 Art.33).

¹⁰ Pedaço de madeira usado em construções civis.



tom da conversa era de revolta. As mulheres contavam que Laura sustentava o marido e apanhava dele. Falaram que recentemente os dois haviam se envolvido com a venda de drogas e que foi o marido que a “levou” à atividade criminosa, e que por isso ambos estavam “marcados” pela polícia, que passou a frequentar o beco onde moravam com muito mais frequência, fato que incomodava à todas.

Laura é uma mulher negra, na época estava com vinte e oito anos, que migrou com dois filhos, uma menina e um menino, de um município do interior do Pará para a capital Belém. O principal motivo para a mudança foi “fugir do pai dos meninos”, um homem “alcoólatra e violento”, com quem ela se relacionou por mais de quinze anos. Em Belém Laura trabalhou por alguns anos como empregada doméstica, como sustentava os dois filhos e o então marido. Após alguns anos ela perdeu o emprego e ficou sem nenhuma fonte de renda:

Aí foi que eu apelei, entrar para o mundo do crime que é revender droga [...] Foi uma precisão. Não foi por influência de ninguém, foi uma coisa conversada entendeu? A gente sentou e conversou, eu e ele (o marido). Só que tipo assim, a gente sentou e decidi, mas sabendo do risco que vinha tipo puxar uma cadeia, pegar porrada de polícia (Registro de campo, 2016)

Antes de conhecermos Laura, em conversa tida com Violeta, esta havia mencionado várias vezes que Laura era uma pessoa que poderia colaborar com a pesquisa. O problema é que raramente a via e quando a via, ela sempre estava acompanhada do marido, uma figura totalmente malvista naquele lugar por ter protagonizado várias cenas de agressões à esposa na rua. Então falemos com Violeta para viabilizar o encontro.

Violeta providenciou um encontro rápido na rua. Nessa ocasião Laura me disse que poderia contribuir com a pesquisa, mas achava melhor que o marido não soubesse de nada, pois ele não gostava que ela ficasse de “conversinha” com vizinhas, ainda mais se fosse para falar sobre o envolvimento de ambos com a venda de drogas. Laura informou o dia em que o marido não estaria em casa para que eu pudesse ir lá, não para entrevistá-la, pois isso levaria mais tempo, mas para ver como funcionavam as “coisas”.

No dia marcado a primeira autora foi até a casa, construída com madeira e com dois pisos. Antes de contar e mostrar como funcionavam “as coisas”, Laura se adiantou ao perguntar para que serviria a pesquisa; onde e como pretendíamos falar sobre a vida das mulheres que



faziam parte e, por fim, terminou dizendo: “Olha, não quero meu nome metido em B.O.¹¹ mais do que já tá. Tu sabe como é né? Eu tô deixando tu vim aqui, tô confiando em ti. Porque tu sabe, se der algum B.O. por causa das coisas que vou te falar o Felipe me mata [...]”.

O primeiro contato com as mulheres que traficavam na rua, durante a pesquisa etnográfica, foi permeado por dezenas de perguntas realizadas por elas acerca das finalidades da pesquisa, sobre os riscos de exposição de suas identidades, dos porquês do nosso interesse pelo tema e pelo espanto em saber que na universidade estudamos questões como essa.

Enquanto o casal de filhos, uma menina de doze e um menino de nove, assistia televisão na parte de cima da casa, a primeira autora e Laura conversaram na parte de baixo. Nesse dia eu a vi separar a maconha e depois a cocaína em pequenos pacotinhos, e enquanto fazia isso ela me explicava os preços e como “repartia” e calculava o lucro.

Um quilo de maconha tá mil e duzentos reais, aí esses mil e duzentos reais dá para esticar para dois mil e quatrocentos, só que aí a gente nunca pega ele todo assim dois mil e quatrocentos [...] a gente vai juntando para pegar aqueles setecentos para comprar meio quilo e aqueles mil e duzentos para comprar um quilo ou meio quilo [...] por isso, nosso lucro é a metade, mil e duzentos é para comprar de novo, e os outros mil e duzentos é o nosso lucro (Registro de campo, 2016)

Laura estava concentrada no trabalho e em me fazer entender como a droga circulava “de mão em mão”. Entre uma fala e outra, e o grampear dos pequenos pacotes, ela se levantava bruscamente por qualquer mínimo barulho vindo da parte de fora da casa. Cada vez que ela se assustava meu coração gelava e eu me perguntava: e se a polícia chegar agora?

MULHER NEGRA NO CAMPO DE PESQUISA

Dentre as tantas tensões que podem acontecer durante a realização de uma etnografia de rua, consideramos que o fato de a primeira autora ser mulher e negra implicou em algumas dificuldades. Ciente dos marcadores sociais que a atravessam, hoje pensamos que é preciso minimamente calcular os riscos que uma etnografia pode expor meu corpo de mulher-negra-pesquisadora. Certamente não faríamos uma etnografia como a feita por Alves e Pereira (2018: 23-24) com usuários de crack na região central de São Paulo, onde eles conviveram com usuários em diferentes turnos, circularam em diferentes espaços de consumo e venda da droga

¹¹ Alusão a Boletim de Ocorrência, que é usado para expressar “confusão”



e participaram de rodas de uso de crack em uma biqueira. Eles argumentam que apenas observar causava desconforto, insegurança e, às vezes, hostilidade. Apesar de reconhecer os esforços realizados para tentar se “adequar” ao ambiente, tais como o uso de certas vestimentas e comportamentos que não chamassem a atenção, penso que ser homem (branco-cisgênero), apesar de isso não ser mencionado, é um fator que deve ser considerado tendo em conta as vantagens de circulação social e exposição do próprio corpo de pesquisador-antrópologo em ambientes de pesquisa (potencialmente) hostis.

Durante a pesquisa realizada com mulheres nas ruas do bairro da Luz, ao circular pelos locais onde elas estavam vendendo ou preparando drogas, sentíamos medo de uma possível “batida” policial, uma vez que tais eventos são marcados pelo abuso de poder e violência. Além disso, havia o temor de que os usuários homens atentassem contra minha integridade física. Pensamos que isso está relacionado ao medo de violação de nossos corpos (negros) imbricado em um processo histórico de machismo e racismo que se somam na desumanização do corpo negro, o que foi um dos motivos que me fez desistir da etnografia na rua, apesar de achá-la muito mais interessante.

Longe de ser mais um detalhe etnográfico, colocar-se na pesquisa antropológica é essencial para que se entenda o porquê da escolha do tema, do campo, do tempo, do lugar, do acesso às pessoas... Afinal, quem estuda o que e sobre quem? Pensar minha posição no campo em relação às nossas interlocutoras implica pensar minha posição no mundo: o que nos aproxima e nos afasta delas? Para Bourdieu (2003), o que precisa ser objetivado não é o antropológico, mas o mundo social do qual faz parte tanto o antropológico quanto a antropologia. Assim, é importante que esses processos apareçam na escrita etnográfica porque as escolhas pelos temas de pesquisa estão ligadas às escolhas sociais de gênero e, acima de tudo, à trajetória educacional dos pesquisadores que as utilizam.

Sem dúvidas, há muitas antólogas que também realizam pesquisas arriscadas¹², todavia penso que para realizar pesquisa sobre temas criminais, onde faz-se necessário circular por espaços situados no âmbito da rua, às vezes em horários específicos, ocupados predominantemente por homens, os antólogos possuem vantagens de circulação e acessos em relação às antólogas, dada a histórica legitimação do espaço público como pertencente a eles (brancos-cisgênero) que, dentre outras vantagens, desfrutam da identificação imediata

¹² Ver Biondi (2014) e Aquino (2009), por exemplo.



como seres dotados de plena humanidade. Por outro lado, o processo histórico de violência e desumanização sobre o corpo das mulheres negras, ou qualquer outro corpo que foge do padrão branco-hétero-cisgênero-heteronormativo, aumenta a potencialidade da ameaça à integridade física.

Algumas pesquisadoras (Despret e Stengers, 2011: 52; hooks, 1995: 63; Corrêa, 1997: 148; Moreno, 1995: 56; Golde, 1986: 35-37; Matebeni, 2017: 22-24; Mariano, 2017:41; Cordovil, 2006: 199) problematizam sobre as dificuldades específicas enfrentadas por mulheres em contextos de pesquisa adversos, onde presenciaram e/ou vivenciaram situações de violência, estupro, afetos e assédios que marcaram suas experiências no campo de pesquisa e depois na academia.

Nascimento (2019: 463), ao analisar o tema da corporeidade marcada pelas questões de gênero, raça e geração, por exemplo, argumenta que esta corporeidade ocupa um lugar fronteiro e “se estabelece por meio de uma experiência *próxima* ao longo das práticas da pesquisa de campo, e produz efeitos distintos nos modos de fazer, pensar e escrever antropologia” (: 461, grifo da autora). Nesta mesma perspectiva, Flávia Medeiros (2017: 332) analisa como os “lugares de fala”, enquanto posições estruturais, também podem servir para repensar privilégios e contradições sobre as condições de realização da pesquisa, haja vista que esse mesmo corpo que é tomado como discurso também é narrativa e está situado espacial e temporalmente.

Assim, durante a realização da etnografia na rua, apesar do medo e de ter consciência que estava se colocando em uma “situação complicada”, tal como denominava na época, em nenhum momento refletimos sobre o lugar de vulnerabilidade que estava me colocando. Foi somente mais tarde, quando a primeira autora realizava o curso de mestrado e que retomando os dados dessa pesquisa é que passamos a repensar a posição naquele campo desde o lugar como mulher, negra e jovem pesquisadora. Foi somente nesse momento, quando a maturidade teórica nos permitiu relacionar teoria e método para a elaboração do conhecimento etnográfico, que pudemos reconsiderar e elaborar intelectualmente as situações arriscadas nas quais ela se envolveu.

Assim, ao situarmos o lugar de mulher negra e intelectual, podemos compreender que naquele contexto esse corpo que transitava, pesquisava e estava exposto entre outros corpos igualmente negros era, por si só, um determinante para a pesquisa. A partir desse lugar, mais tarde pudemos analisar e repensar questões estruturais específicas da sociedade em que



vivemos, como o racismo e as questões de gênero que, naquele contexto, atingia a mim, nossas interlocutoras e outras pessoas que por ali circulavam.

A pesquisa realizada com mulheres nas ruas do bairro da Luz em Belém, trouxe ganhos analíticos também no que diz respeito aos estudos sobre gênero, raça e classe de forma interseccionada, o contexto de produção de dados e trajetórias das mulheres foi trazido de volta à tona e analisado na dissertação de mestrado somado, e em contraste, com outra pesquisa realizada durante o mestrado, em uma fábrica têxtil que emprega mulheres egressas do sistema penitenciário (Pinheiro, 2020: 46). Em resumo, defendemos na dissertação que a participação de mulheres em atividades criminosas deve ser compreendida a partir dos entrelaces e tensões do encontro de marcadores sociais, como gênero, raça e classe, que agem de forma combinada e servem tanto para adensar as estatísticas sobre mulheres no tráfico de drogas, como, de certa forma, servem também para reforçar estereótipos, reproduzidos no senso comum e às vezes os próprios trabalhos acadêmicos, que situam mulheres que exercem práticas criminosas como sujeitos manipuláveis, sem autonomia, incapazes de decidir sobre sua própria vida.

DILEMAS ÉTICOS E TENSÕES EPISTEMOLÓGICAS

O desafio de fazer etnografia em locais onde ocorrem atividades ilícitas impõe questões ético metodológicas de maior relevância. Mas tais questões não se apresentam somente quando se “está lá”. No momento da escrita, de textualizar a experiência etnográfica, surgem desafios não menos importantes e complexos, como por exemplo, a necessidade de se preservar a identidade dos/as interlocutores/as da pesquisa para que a publicação dos resultados não traga nenhum prejuízo ou constrangimento.

No que diz respeito aos cuidados éticos durante a realização da pesquisa de campo, dependendo das particularidades do contexto, a convivência com os interlocutores pode criar situações de risco tanto para a pesquisadora quanto para as interlocutoras uma vez que, estando lá, estamos vendo, ouvindo e, às vezes, participando, mesmo que involuntariamente, de atividades consideradas ilegais. Nesses casos, presenciar e/ou participar em atos ilegais pode se revelar em uma contingência para se continuar no campo, haja vista que os limites legais – estabelecidos pelas leis formais – esbarram nos limites estabelecidos pelos corpos e por outras normas impostas localmente, não menos inflexíveis, que nos coagem tanto quanto as primeiras.

Na etnografia realizada na rua, por exemplo, consideramos relevante fazer alguns registros fotográficos do ambiente onde se dava as trocas, as misturas e os conflitos. Contudo,



essa ideia foi logo descartada, primeiro porque elas não permitiriam que eu produzisse um material que mais tarde poderia ser usado para localizá-las ou como provas contra si. O segundo motivo é que sabíamos que aparelhos eletrônicos, como câmeras fotográficas e aparelhos celulares, são vistos como moeda de troca e por isso poderiam desencadear um conflito que poderia gerar não só prejuízo material, mas também obstaculizar ainda mais meus acessos ao campo.

Não se trata de tentar passar despercebidas, isso não é possível, pois as pessoas sabem quem é o usuário e quem é vendedor/a. Trata-se do esforço de chamar menos atenção possível e, para isso, antes de ir aos lugares encontrar as mulheres, nós precisávamos avaliar qual tipo de roupa deveria usar, qual a performance que deveria adotar para que a presença causasse o menor “impacto” possível. Apesar do cuidado, ainda recebia olhares questionadores e desconfiados que forçavam as interlocutoras a explicar minha presença: “tá comigo”, “é minha amiga”.

Outras antropólogas também falam sobre suas estratégias de pesquisa para a produção de dados etnográficos em condições de pesquisa em que ser mulher se mostrou como uma questão importante que impôs dilemas epistemológicos e estratégias metodológicas que pautam o trabalho de campo. Nós antropólogas, por diversas vezes, somos obrigadas a buscar estratégias para contornar o problema dos homens nos enxergarem como um corpo sexualmente disponível, um exemplo disso está em Cordovil (2006: 187) quando ela relata que comprou uma aliança para se passar por casada na tentativa de fazer com que um de seus interlocutores parasse de assediá-la. No mesmo livro em que consta o trabalho de Cordovil (Bonetti & Fleischer, 2006) outras onze antropólogas também discutem como por diversas vezes e de diversas formas o campo nos informa sobre a nossa condição de mulher, o que nos força a criar estratégias de permanência no campo de pesquisa que não deveriam passar despercebidas na análise dos dados etnográficos, haja vista que elas podem ser muito reveladoras daquilo que nos propomos a estudar.

Outra questão relacionada à ética na pesquisa de campo diz respeito ao uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que, apesar de na época eu acreditar que era extremamente necessário, se mostrou inviável de ser aplicado no contexto das ruas do bairro da Luz. O TCLE não se adequava à rua porque a maioria das mulheres que participou da pesquisa estava ligada ao tráfico, assim não fazia sentido pedir para que elas assinassem um documento uma vez que o primeiro acordo era o anonimato e, nesse contexto, assinar tal documento poderia



ser visto como produção de provas contra si. Além do mais, penso hoje, o TCLE serve muito mais para estabelecer garantias para as instituições às quais nos ligamos enquanto pesquisadoras/res do que para nossas/os interlocutoras/es em sua dignidade e interesses (Bourgois & Schonberg, 2009: 225).

Embora o TCLE não tenha sido utilizado na etnografia realizada na rua, isso não significou que não houve compromissos firmados com as interlocutoras. Estabelecemos o que Laraia (1994: 5) chama de “acordo de honra”. Isso significa resguardar as interlocutoras e proteger seus dados, não expor de maneira indiscriminada, uma vez que o objetivo não é fazer denúncia, mas produzir análises, reflexões e provocações úteis para antropologia.

Dessa forma, estabeleceu-se um compromisso ético particularizado que ganhou contornos próprios na medida em que a pesquisa avançava. Sabendo que estava lidando com questões éticas e morais complexas, tinha consciência dos desafios que isso significava. E um deles era com a garantia de anonimato das interlocutoras para que não fossem submetidas a nenhum tipo de estresse ou prejuízo em decorrência de possíveis usos indevidos do resultado da pesquisa.

Como estratégia para preservar suas identidades, utilizamos pseudônimos tanto para elas como para pessoas que eram por elas citadas, e optei por dar outros nomes aos locais citados por elas, como o nome do bairro, e assim omitir algumas informações que poderiam servir para identificá-las. Sobre esse tema, Biondi (2010: 102), Aquino (2009: 88) e Medeiros (2017) também se utilizaram dessas estratégias ético-metodológicas para preservar a identidade de suas/seus informantes, sujeitos de pesquisa praticantes de atividade criminosas.

Nesse sentido, Cardoso de Oliveira (2010:30) emprega o termo “privacidade” para pontuar que interlocutores de pesquisa têm direito ao anonimato, como também o direito de decidir sobre o uso de informações a respeito de suas vidas. Não se trata só de prevenir possíveis transtornos decorrentes da exposição indevida, trata-se, segundo esse autor, do direito que toda pessoa tem de não produzir provas contra si mesma. Por fim, o produto final da pesquisa não pode humilhar, envergonhar, ridicularizar ou trazer prejuízos para os sujeitos estudados (Debert, 2004: 42-45). Deve-se ter cuidado para não produzir nos leitores um efeito inverso ao pretendido e, “cabe o esforço por apresentar nossos interlocutores em toda sua dignidade, como pessoas interessantes, inteligentes e plenas no domínio de sua vontade” (Alves *et al*, 2018: 388).

Isso significa que as informações que nos são confiadas devem ser analisadas independente da nossa concepção pessoal do que é “certo” ou “errado”, do que é legal ou ilegal.



Os dados devem ser analisados com o auxílio de instrumentos metodológicos científicos que considerem a relativização e a objetivação dos sujeitos envolvidos no experimento etnográfico (Bourdieu, 2017: 48), no intuito de obter resultados que nos auxiliem na compreensão do objeto de pesquisa sobre o qual nos debruçamos.

O código de ética da Associação Brasileira na Antropologia (1986:01) estabelece que os direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações estudadas, tendo como contrapartida as responsabilidades de objetividade e rigor inerentes ao exercício da prática científica. E, por se tratar de uma temática “espinhosa”, como ouvimos tantas vezes dos meus pares acadêmicos, permeado por práticas ilícitas, tensões e violências, muitas vezes me surgiram angústias por não saber lidar com as emoções as quais me submetia em campo e, mais do que isso, o desafio era como fazer dessas angústias, imersões e dilemas dispositivos de análise e compreensão da realidade observada.

COMENTÁRIOS FINAIS

O conhecimento é sempre elaborado por alguém com interesses, convicções e posicionamentos políticos que, de certo modo, influenciam nos resultados da pesquisa. No entanto, isso não significa que não se deva levar em consideração o rigor disciplinar inerente ao exercício da prática antropológica. Se os dados não forem confrontados com atenção e cautela com a teoria, corre-se o risco de fazer da pesquisa uma série de relatos pessoais, afinal, descrição por descrição não é antropologia.

A etnografia é um processo tensionado, resultado das particularidades do contexto. Isso implica que cada empreendimento etnográfico comporta seus próprios desafios, e que estes não terminam quando o trabalho de campo é “finalizado”. Eles atravessam todo o processo de construção da pesquisa, levantamento de informações, análise e escrita do texto etnográfico. Cada etapa apresenta ao/a pesquisador/a o desafio de resolver dilemas éticos e tensões epistemológicas de maior relevância. Especialmente quando se realiza pesquisa com sujeitos em situações de vulnerabilidades social, racial e de gênero.

Este artigo aborda tensões e dilemas éticos e epistemológicos inerentes à dinâmica de uma situação de pesquisa etnográfica realizada com mulheres que pratica(ra)m o tráfico de drogas na rua. Analisamos as adversidades encontradas em situações de pesquisas que envolveram riscos e dilemas éticos; alertando para a necessidade de se repensar questões relacionadas à condição de gênero e de raça, por exemplo, do/a pesquisador/a. Neste caso, a



análise da minha condição de mulher negra me possibilitou pensar as adversidades, situações de risco e percalços encontrados no campo de pesquisa a partir da perspectiva de conceitos/categorias estruturantes e específicos que atingem tanto a mim quanto as interlocutoras.

Diante disso, o desafio que fica para elaboração textual do que foi vivido no campo é: a quais estratégias podemos recorrer para inserir essas experiências de modo que elas contribuam para a compreensão do problema de pesquisa abordado? Qual a “medida” para colocar as adversidades no texto antropológico sem transformá-lo em descrição por descrição? Será que existe algum “ponto de saturação” ao qual deveríamos ficar atentos para que o texto etnográfico não fique pessoal demais? Não temos respostas para essas questões, mas a partir desde artigo esperamos provocar inquietações e instigar problematizações acerca de como nós antropólogos e antropólogas temos feito antropologia nos mais diversos contextos, afinal “tranquilizar é tarefa de outros; a nossa é inquietar” (Geertz, 2009: 65).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ygor. D. D; PEREIRA, Pedro. P. G. 2018. Aspectos ético-metodológicos do fazer etnográfico a partir do convívio com usuários de crack. Cadernos de campo, São Paulo, vol. 27, n.1.
- AQUINO, Jânia. P. D. de. 2009. Príncipes e castelos de areia: performance e liminaridade no universo dos grandes roubos. Tese Doutorado em Antropologia, Universidade de São Paulo.
- Associação Brasileira de Antropologia. Código de Ética. 2012. In: <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>. (acessado em 20 de dezembro de 2021).
- BEHAR, Ruth.; GORDON, Deborah. (Orgs.). 1995. Women Writing Culture. Berkeley, University of California Press.
- BIONDI, Karina. 2010. Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo, Terceiro Nome.
- BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya. 2006. Entre saias justas e jogos de cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente. Porto Alegre, Editora Edunisc.
- BOURDIEU, Pierre. Objetificação participante. 2017. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 16, n. 48, p. 73-86.
- BOURGOIS, Philippe. & SCHONBERG, Jeffrey. 2009. Righteous dopefiends. Los Angeles, University of California Press.



- BOURGOIS, Philippe. 1990. Confronting anthropological ethics: ethnographic lessons from Central America. *Journal of Peace Research*, London, v. 27, n. 1, p.43-54.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis, Roberto. 2010. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília, Editora UNB.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George. (Org.) 1986. *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley, University of California Press.
- CORDOVIL, Daniela. 2006. Casos e acasos: como acidentes e fatos fortuitos influenciam o trabalho de campo. In: BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya (orgs). *Entre saias justas e jogos de cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente*, Porto Alegre, Editora: Edunisc.
- CORRÊA, Mariza. 1997. O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 3, n. 7: 70-96.
- DEBERT, Guita, Grin. 2004. Ética e as novas perspectivas da pesquisa antropológica. In: VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben, George; MACIEL, Maria, Eunice; ORO, Ari, Pedro. *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil* (orgs). Niterói, EdUFF.
- DESPRET, Vinciane; STENGERS, Isabelle. 2011. *Les Faiseuses d'histoires – que font les femmes à la penser?* Paris, La Découverte.
- DOMINGUES, Bruno, Rodrigo, Carvalho. 2018. Negro na universidade, branco no trabalho de campo: reflexões sobre representação e desigualdade racial na academia. *Cadernos de campo*, São Paulo, vol. 27, n.1.
- EVANS-PRITCHARD, Edward. 1978. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FAVRET-SAADA, Jane. 2005. “Ser afetado”. *Cadernos de campo*, São Paulo, 13: 155-161.
- FERNANDES, Florestan. 1980. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice. 2010. *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica* (Orgs). Brasília, Editora Universidade de Brasília, Editora UNB.
- GEERTZ, Clifford. 2008. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Editora LTC.
- GEERTZ, Clifford. 2009. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ,
- GOLDE, Peggy. 1986. *Women in the field: anthropological experiences*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.



- GOLDMAN, Marcio. 2006. Alteridade e Experiência: Antropologia e teoria etnográfica. Etnográfica, Lisboa, vol. X (1), p. 161-173.
- HOOKS, Bell. 1995. “Intelectuais negras”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2: 464-478.
- INGOLD, TIM. 2016. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. Educação, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-11, set./dez.
- LARAIA, Roque de Barros. 1994. Ética e antropologia: algumas questões. **Série Antropologia**, Brasília, n.157.
- LOPES, Maycon. 2017. “Camarão que dorme a onda leva”:ponderações éticas sobre o trabalho de campo em contextos perigosos. Cadernos de campo, São Paulo, n. 26, v.1.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1978. Os argonautas do Pacífico Ocidental. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Editora Abril.
- MARIANO, Esmeralda. 2017. Ser antropóloga entre local e global. Revista De Antropologia, São Paulo, 60(3): 65-88.
- MATEBENI, Zethu. 2017. “Perspectivas do Sul sobre relações de gênero e sexualidades: uma intervenção queer”. Revista De Antropologia, São Paulo, 60(3): 26- 44.
- MEDEIROS, Flávia. 2017. Adversidades e lugares de fala na produção do conhecimento etnográfico com policiais civis. Cadernos de campo, São Paulo, n. 26, v.1.
- MINAYO, Maria, Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara. 2014. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19(4):1103-1112.
- MORENO, Eva. 1995. Rape in the field: reflections from a survivor. In: KULICK, Don.; WILLSON, Margaret. (orgs). Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork. New York, Routledge.
- NASCIMENTO, Silvana. 2019. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. Rev. Antropologia, São Paulo, v. 62 n. 2: 459-484.
- RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana Maria. 2012. Crime é coisa de mulher: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife/PE. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco.
- PEIRANO, Mariza. 2014. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 42(20): 377-391.
- PINHEIRO, Ivonete. 2015. As tranças e os traços da primeira governadora do Pará: Ana Júlia Carepa – Entre o jogo político partidário, as relações de gênero e a gestão estadual: Relatório técnico científico-PIBIC, Universidade Federal do Pará.



- PINHEIRO, Ivonete. 2016. Mulheres que comandam: protagonismo feminino no tráfico de drogas em Belém do Pará. Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa.
- PINHEIRO, Ivonete. 2020. Trajetórias de mulheres no tráfico de drogas: intersecções de gênero, raça e classe. Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2020.
- PINHEIRO, Ivonete. 2017. Um novo tempo para as paraenses? A agenda de governo de Ana Júlia Carepa e os recursos aplicados no enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (2007-2010). Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará.
- RUBY, Jay. (Org.) 1982. A Crack in the Mirror: Reflexive Perspectives in Anthropology. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- DAMÁSIO, ANA CLARA. 2021. “Olho de parente” e o “Olho estranho”: considerações etnográficas sobre viver, olhar, ouvir, escrever e permanecer. *Novos Debates*, 7(1): E7103.
- VELHO, Gilberto. Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- WHYTE, William, Foote. 2005. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.